

Edital ESPGE nº 2/2025

Inscrição de Docentes (Programa de Pós-graduação lato sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública – Ano letivo 2026-1)

O Procurador Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Alexandre Nogueira Alves, convida os procuradores e as procuradoras docentes a apresentar candidatura para ministrar disciplinas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública, autorizado pela RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 7.689/2023, a ser realizado pela ESPGE.

1. Do objeto da presente chamada

1.1. A presente chamada tem por objeto a apresentação de candidaturas para atuar como docente nas disciplinas relacionadas no Anexo I do presente edital.

2. Das disciplinas

- 2.1. As disciplinas a serem ofertadas estão no Anexo I.
- 2.2. O objetivo principal das disciplinas é prover o conhecimento sobre conteúdos, conceitos e métodos relativos a cada uma das áreas de conhecimento, observando-se o conteúdo programático.
- 2.3. Para as disciplinas do Programa de Pós-graduação dos estudantes servidores estão previstas 10 (dez) aulas para cada disciplina, totalizando 22,5 horas/aula.



2.4. Para as disciplinas do Programa de Pós-graduação dos estudantes do Programa de Residência Jurídica estão previstas 5 (cinco) aulas para cada disciplina, totalizando 10 horas/aula.

3. Da modalidade e do calendário das aulas

- 3.1. As aulas serão ministradas na modalidade presencial para os estudantes. A participação do(a) docente será presencial, exceto nas hipóteses de impossibilidade justificada.
- 3.2. O cronograma de aulas das disciplinas será definido pela ESPGE.
- 3.3. A data provisória para início das aulas é 23/02/2026.

4. Da elegibilidade para apresentação de propostas

- 4.1. Nos termos do art. 15, §3º, II, da Lei Complementar nº 88/1996, qualquer procurador ou procuradora poderá apresentar candidatura, independentemente de estar de férias, licença ou cedidos a outros órgãos.
- 4.2. Na ausência de candidaturas, o presente chamamento poderá ser estendido a docentes externos, independentemente de publicação de edital específico.

5. Da apresentação e da escolha das propostas

5.1. As candidaturas serão apresentadas pela plataforma ESPGEonline (https://espgeonline.pge.es.gov.br/course/view.php?id=1595) até o dia 10/12/2025, às 23h59min.



- 5.2. As propostas recebidas serão organizadas pela ESPGE, a qual promoverá a seleção dos(as) candidatos(as).
- 5.3. Havendo mais de um(a) interessado(a) para uma mesma disciplina referida no item 2.1, será adotado o critério de titulação, observada a seguinte ordem de preferência:
 - Título de doutorado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 - 2. Título de doutorado em direito com concentração em área diversa;
 - 3. Título de doutorado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 - Título de mestrado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 - 5. Título de mestrado em direito com concentração em área diversa;
 - 6. Título de mestrado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 - 7. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco na área da disciplina solicitada:
 - 8. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco em área diversa.
- 5.4. Diante do interesse na diversidade do quadro docente, a ESPGE se reserva o direito de desconsiderar os critérios de desempate prevista no item 4.3 em favor da candidatura ofertada por docentes do sexo feminino.
- 5.5. Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3 e 6.4, será adotado o critério de rotatividade (docente que não deu aula preferirá àquele(a) que ministrou disciplina no semestre 2025.2).



5.6. Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3, 6.4 e 6.5, será adotado o critério de sorteio, em sessão pública online com a participação dos procuradores e procuradoras interessadas.

6. Das obrigações específicas do(a) proponentes

- 6.1. Ao realizar a candidatura, o(a) proponente concorda em atuar como docente da ESPGE, tendo, dentre outras previstas ou não neste edital, as seguintes obrigações:
 - a) Elaborar, em momento oportuno, plano de aula em conformidade com o calendário do curso de especialização estabelecido pela ESPGE;
 - Zelar pela execução dos métodos pedagógicos, bem como elaborar conteúdo tecnicamente atualizado, preciso e fundamentado;
 - c) Dar ciência prévia à ESPGE acerca da divulgação de informações protegidas por sigilo ou sensíveis;
 - d) Zelar pelo estrito cumprimento dos horários de início e término das aulas;
 - e) Zelar pela manutenção da disciplina e organização da sala de aula;
 - f) Disponibilizar conteúdo pedagógico exclusivamente no ambiente virtual de aprendizado (ESPGEonline);
 - g) Gerir a sala de aula virtual no ambiente virtual de aprendizagem (ESPGEonline), inclusive quanto à inclusão de conteúdo digital, definição de atividades e lançamento de notas;
 - h) Corrigir as avaliações realizadas, fornecendo feedback apropriado para os alunos;
 - Colocar-se à disposição dos alunos para esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo ministrado.



7. Das disposições finais

- 7.1. A apresentação da candidatura importa concordância quanto aos termos do presente edital.
- 7.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da ESPGE.

Vitória, 14 de novembro de 2025.

ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado



ANEXO I

DISCIPLINAS A SEREM OFERTADAS EM 2026.1

| Programa | Disciplina |
|--|---|
| PPGD - Servidores (10 aulas - Total 22,5 horas-aulas) | Licitações e Contratos da Administração |
| | Tópicos de Direito Financeiro |
| | Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos |
| PPGD - Residentes (5 aulas - Total 10 horas-aulas) | Fazenda Pública em Juízo I - Teoria e Prática Processual - Fase de conhecimento |
| | Tópicos de Direito Administrativo |
| | Módulo Setorial - Consultoria/PCA/PPE - Sem I |
| | Módulo Setorial - PEP - Sem I |
| | Módulo Setorial - PFI - Sem I |
| | Módulo Setorial - PCJ - Sem I |
| | Módulo Setorial - PSA - Sem I |
| | Módulo Setorial - PFI - Sem I |
| | Fazenda Pública em Juízo II - Teoria e Prática Processual - Recursos |
| | Tópicos de Direito Constitucional |
| | Módulo Setorial - Consultoria/PCA/PPE - Sem II |
| | Módulo Setorial - PEP - Sem II |
| | Módulo Setorial - PFI - Sem II |
| | Módulo Setorial - PCJ - Sem II |
| | Módulo Setorial - PSA - Sem II |
| | Módulo Setorial - PFI - Sem II |



| Fazenda Pública em Juízo III - Teoria e Prática Processual - Fase de cumprimento de sentença |
|--|
| Teoria e prática de consultoria administrativa |
| Módulo Setorial - Consultoria/PCA/PPE - Sem III |
| Módulo Setorial - PEP - Sem III |
| Módulo Setorial - PFI - Sem III |
| Módulo Setorial - PCJ - Sem III |
| Módulo Setorial - PSA - Sem III |
| Módulo Setorial - PFI - Sem III |

ANEXO II

TEMAS CONTEMPORÂNEOS E EMERGENTES (LISTA MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA)

Temas contemporâneos e emergentes prioritários (lista exaustiva):

- 1 Teorias críticas: teorias feministas; teoria crítica da raça; estudos decoloniais e pós-coloniais; e suas influências no direito contemporâneo;
- 2 Direitos individuais e coletivos da população negra;
- Direitos individuais e coletivos relativos à igualdade e equidade de gênero e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e não binária;
- 4 Direitos individuais e coletivos das comunidades tradicionais, tais como indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas;
- 5 Direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes;
- 6 Direitos individuais e coletivos dos portadores de necessidades especiais;



- 7 Direitos individuais e coletivos dos idosos;
- 8 Fazenda Pública em Juízo.

Outros temas contemporâneos e emergentes de interesse (lista exemplificativa):

- 9 Consensualidade na administração e na advocacia públicas;
- 10 Direito e tecnologia, com ênfase na utilização de tecnologias pela administração pública e políticas de promoção aos ambientes de inovação;
- Direitos culturais, com ênfase no papel da competência estadual para promoção e defesa desses direitos;
- Direito Policial, com ênfase nos aspectos jurídicos de políticas públicas de combate à criminalidade (violência doméstica, exploração de menores e organização criminosa) e das instituições policiais (regulamentação jurídica da do pessoal e estrutura policial civil e militar);
- 13 Intervenção do estado na economia, com ênfase nos aspectos jurídicos das políticas públicas de gestão de crises;
- 14 Estudos comparados de institutos de direito público.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES

PROCURADOR CHEFE SPGE - PGE - GOVES assinado em 17/11/2025 10:35:35 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/11/2025 10:35:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3) por ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES (PROCURADOR CHEFE - SPGE - PGE - GOVES) Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2025-MGR5BX